

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO
DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2013, NA SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO DE
LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores Manuel António Rebelo Ferreira, José Fernandes Pereira, Armínio José Teixeira Mendes, Jorge Guedes Osório Augusto, e Isolina Augusta Rodrigues Guerra.

AUSÊNCIAS

Ausente a senhora Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, por motivo de falecimento de um familiar.

SECRETARIOU

Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ASSOCIAÇÕES (COD 08)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, proveniente da Comissão do Prémio de Mérito Cultural, nomeada pela Câmara Municipal no dia 26 de janeiro de 2010, no qual informam que, por motivos de avançada idade e, infelizmente de precária saúde, não lhes é possível dar continuidade e contributo à referida Comissão.

Presidente

Secretário

Deliberação: O executivo tomou conhecimento, agradecendo ao mesmo tempo, toda a dedicação, grande empenho e todo o contributo prestado pela Comissão destinada a escolher a personalidade, instituição a agraciar com o Prémio de Mérito Municipal, bem como o contributo prestado fora do seu âmbito funcional.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O Senhor Presidente da Câmara lamentou o falecimento do senhor Comandante Adjunto, Francisco Sabença de Almeida, pela forma trágica como aconteceu.

PAGAMENTOS (COD 45)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo da listagem mensal das despesas autorizadas no mês de novembro de 2013.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 4 de dezembro de 2013, cuja dotação orçamental é de 499.580,40€ e dotação não orçamental é de 190.461,20€.

Deliberação: O executivo tomou conhecimento.

OBRAS EFECTUADAS E A EFECTUAR NO CONCELHO DE LAMEGO PELA EDP (COD 21)

O senhor Presidente da Câmara, deu conhecimento ao executivo do ofício emanado da EDP, datado de 12 de dezembro de 2013, referente às obras executadas no concelho de Lamego até ao 3º trimestre de 2013, bem como as obras em curso.

Deliberação: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 9 DE DEZEMBRO DE 2013 (COD 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 9 de dezembro de 2013, cuja leitura foi dispensada,

Presidente

Secretário

por maioria, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: FILIPA MARINA PINTO FERRAZ

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 614/01/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 932/DMSU, de 12 de dezembro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 92232, do mês de julho de 2013, no valor de 67,45€, referente à instalação de água n.º 12380, uma vez que o escalonamento de 25m³ foi processado incorretamente em 30 dias, quando deveria corresponder a 60 dias, passando o valor corrigido a ser de 49,27€.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE APLICAÇÃO DE TARIFAS DE FUGAS (COD. 01)

REQUERENTE: MANUEL DA COSTA LÁZARO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 615/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 718/DMSU, de 30 de setembro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 112443, do mês de setembro de 2013, no valor de 113,55€, referente à instalação de água n.º 13815, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 54,68€.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE APLICAÇÃO DE TARIFAS DE FUGAS (COD. 01)

REQUERENTE: SEVERINO FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 616/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 904/DMSU, de 4 de dezembro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 86921, do

Presidente

Secretário

mês de julho de 2013, no valor de 206,65€, referente à instalação de água n.º 12766, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 79,67€.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE APLICAÇÃO DE TARIFAS DE FUGAS (COD. 01)

REQUERENTE: JOSÉ PEDRO DA ROCHA OLIVEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 617/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 905/DMSU, de 6 de dezembro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 125318/outubro, no valor de 206,65€, referente à instalação de água n.º 27471, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 84,13€.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

06-ASSUNTO: PEDIDO DE APLICAÇÃO DE TARIFAS DE FUGAS (COD. 01)

REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE C. GONÇALVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 618/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 914/DMSU, de 6 de dezembro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 105585/agosto, no valor de 93,95€, referente à instalação de água n.º 14047, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 49,43€.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

07-ASSUNTO: PEDIDO DE APLICAÇÃO DE TARIFAS DE FUGAS (COD. 01)

Presidente

Secretário

REQUERENTE: JOAQUIM DA COSTA BASTOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 619/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 921/DMSU, de 9 de dezembro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 106216/agosto, no valor de 387,95€ e fatura n.º 119607/setembro, no valor de 211,55€, referente à instalação de água n.º 21055, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando os valores corrigidos a ser de 129,70€ e 82,44€, respetivamente.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

08-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**REQUERENTE: ETÍLIO REIS CORREIA PINTO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 620/01/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Etílio Reis Correia Pinto solicitou, ao abrigo do n.º 1 do artigo 106º do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água, do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e do Tarifário da Prestação de Serviços, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3 da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que o requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água da instalação predial n.º 3325 de Etílio Reis Correia Pinto, naquele tarifário.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

09-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL FAMILIAR (COD 01)**REQUERENTE: JORGE DOS SANTOS FERNANDES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 621/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que o senhor Jorge dos Santos Fernandes solicitou, ao abrigo do n.º 6 do artigo 107º do Regulamento do

Presidente

Secretário

Serviço de Abastecimento Público de Água, do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e do Tarifário da Prestação de Serviços, a integração dos seus consumos de água no tarifário familiar previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.1 da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que o requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água da instalação predial n.º 14283 de Jorge dos Santos Fernandes, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

10-ASSUNTO: DENÚNCIA DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (COD 01)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 630/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, para que, face à informação n.º 929/DMSU, de 20 de novembro de 2013, sejam denunciados os seguintes contratos de água, nos termos do n.º 6 do artigo 58º, do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água, do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e Tarifário da Prestação de Serviços do Município de Lamego:

Presidente

Secretário

274	PAULO NARCISO CARVALHO
830	MARIA DE ASSUNÇÃO MENDES PAIVA
1376	JOAQUIM MATEUS GONÇALVES
2867	JOSÉ ARTUR TOMÁS
2881	HENRIQUE TEIXEIRA MENDES
3188	SÉRGIO FERNANDO XAVIER TOMÁS
3359	AMÉLIA RODRIGUES PEREIRA
3488	CAMILO JOSÉ OLIVEIRA FERREIRA
3802	ANTÓNIO JOSÉ DE OLIVEIRA
3925	VICTOR MIGUEL MIRANDA
4585	LILIBETH KARINA OLIVEIRA CARVALHO
9162	LUCINDA SANTOS F. ADREGA
9544	MARIA DELFINA
13458	ANTÓNIO DE JESUS GOUVEIA
13503	AMANDIO RODRIGUES
14267	EMANUEL VIEIRA ANTUNES
14925	ROSÁLIA MARIA RODRIGUES PINTO
15780	APITIL-A.INFÂNCIA TERCEIRA IDADE LAMEGO
15915	ANTÓNIO JORGE PEREIRA RIBEIRO
17259	ANTÓNIO TEIXEIRA FELIX
21297	ALEXANDRE JOSÉ BASTOS
25574	ANTÓNIO MANUEL LOURENÇO
25575	LUCINDA AURORA PAULO ARAÚJO
27622	FRUCER, FRUTAS DA CERCA DE STA CRUZ LDA.
27904	JOSÉ CARLOS MARQUES COELHO
28147	FRANCISCO JOSÉ OSÓRIO GUEDES

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, remeter este assunto para a próxima reunião.

11-ASSUNTO: PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DAS TAXAS DA CONCESSÃO DO ALVARÁ DE SEPULTURA (**COD 15**)

REQUERENTE: ANABELA COSTA VIEIRA MESQUITA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 622/15/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que na sequência da concessão de Alvará da sepultura n.º 4 da 9ª secção do cemitério da Cruz Alta à senhora Anabela Costa Vieira Mesquita, veio a requerente solicitar o pagamento das taxas devidas, no valor de 812,60 €, em doze mensalidades. Sendo onze mensalidades no valor de 67,71€, e uma no valor de 67,79€.

Presidente

Secretário

Esta situação está contemplada no n.º 1 do artigo 15º do Regulamento Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 2 do referido artigo, a aprovação do pedido do requerente.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, autorizar o pagamento das taxas devidas, no valor de 812,60 €, em doze mensalidades. Sendo onze mensalidades no valor de 67,71€, e uma no valor de 67,79€.

12-ASSUNTO: PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DAS TAXAS DA CONCESSÃO DO ALVARÁ DE SEPULTURA (**COD 15**)

REQUERENTE: LÚCIO SOUSA TEIXEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 623/15/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que na sequência da concessão de Alvará da sepultura n.º 6 da 9ª secção do cemitério da Cruz Alta ao senhor Lúcio Sousa Teixeira, veio o requerente solicitar o pagamento das taxas devidas, no valor de 812,60 €, em doze mensalidades. Sendo onze mensalidades no valor de 67,71€, e uma no valor de 67,79€.

Esta situação está contemplada no n.º 1 do artigo 15º do Regulamento Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 2 do referido artigo, a aprovação do pedido do requerente.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, autorizar o pagamento das taxas devidas, no valor de 812,60 €, em doze mensalidades, sendo onze mensalidades no valor de 67,71€, e uma no valor de 67,79€.

13-ASSUNTO: PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DAS TAXAS DA CONCESSÃO DO ALVARÁ DE SEPULTURA (**COD 15**)

REQUERENTE: MANUEL PEREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 624/15/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que na sequência da concessão de Alvará da sepultura dupla n.º 4 da 13ª secção do cemitério da Cruz Alta ao senhor Manuel Pereira, veio o requerente solicitar o pagamento das taxas

Presidente

Secretário

devidas, no valor de 1.625,20 €, em doze mensalidades. Sendo onze mensalidades no valor de 136,00€, e uma no valor de 129,20€.

Esta situação está contemplada no n.º 1 do artigo 15º do Regulamento Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 2 do referido artigo, a aprovação do pedido do requerente.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, autorizar o pagamento das taxas devidas, no valor de 1.625,20 €, em doze mensalidades, sendo onze mensalidades no valor de 136,00€, e uma no valor de 129,20€.

14-ASSUNTO: PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DAS TAXAS DA CONCESSÃO DO ALVARÁ DE SEPULTURA (COD 15)

REQUERENTE: FRANCISCO REMÉDIOS MONTEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 625/15/13 do senhor Presidente da Câmara, referindo que na sequência da concessão de Alvará da sepultura n.º 13 da 9ª secção – Cruz Alta ao senhor Francisco Remédios Monteiro, veio o requerente solicitar o pagamento das taxas devidas, no valor de 812,60 €, em dez mensalidades iguais de 81,26€, cada.

Esta situação está contemplada no n.º 1 do artigo 15º do Regulamento Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 2 do referido artigo, a aprovação do pedido do requerente.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, autorizar o pagamento das taxas devidas, no valor de 812,60 €, em dez mensalidades iguais de 81,26€, cada.

15-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO AOS DANOS CAUSADOS NA VIATURA (COD 17)

REQUERENTE: CÉLIA MARIA DA SILVA CANELAS FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 626/17/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 481/PAT, dando conhecimento da pretensão da senhora Célia Maria da Silva Canelas Ferreira, de ser ressarcida de 911,42€ (novecentos e onze euros e

Presidente

Secretário

quarenta e dois cêntimos), que corresponde ao valor dos danos que sofreu na sequência de sinistro ocorrido no dia 3 de setembro do corrente ano. O veículo em que circulava, no sentido descendente, da via que atravessa a Urbanização de Santo António, em direção ao cruzamento entre a Rua de S. João e a Rua de Santo António, embateu num paralelo que se encontrava solto, proveniente de um buraco existente no local. A lesada alega, que não teve oportunidade de se desviar do paralelo, uma vez que havia circulação no sentido contrário.

Este sinistro foi participado à Companhia de seguros Açoreana, devidamente instruído, com fotografias do local e do veículo e orçamento para a sua reparação, tendo a peritagem sido efetuada no dia 17 de setembro do corrente ano.

No dia 15 de outubro, a lesada foi notificada no sentido de a informar, que a reclamação apresentada não se afigura suscetível de acionar a garantia de responsabilidade civil da apólice do Município, Esta decisão prende-se com o facto de o perito ter verificado no local que a estrada não se encontra nas condições ideais circulação. De acordo com os preceitos estabelecidos nas condições da apólice de responsabilidade civil, não são garantidos em caso algum, ainda que o segurado possa ser civilmente responsável, "os prejuízos ou danos que resultem de atos ou omissões dolosas do segurado."

Ora, a manutenção da via pública em bom estado para a circulação rodoviária, compete ao Município, e como o perito de seguros apurou no local, que isso não se verifica, exonerou a Companhia de Seguros de proceder à indemnização.

Assim sendo, a haver indemnização à lesada, terá de ser o Município a prestá-la, pelo que propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere o pedido da requerente.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, indemnizar a requerente no montante de 911,42€ (novecentos e onze euros e quarenta e dois cêntimos).

16-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO AOS DANOS CAUSADOS POR CÃES VADIOS (**COD 17**)

REQUERENTE: ANA MARIA DE ALMEIDA MORGADO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 633/17/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 568/PAT, dando conhecimento da pretensão da senhora Ana Maria de Almeida

Presidente

Secretário

Morgado, de ser ressarcida de valor monetário que de alguma forma a compense das despesas que tem tido na sequência do sinistro que o seu filho, Diogo Pereira, foi alvo no dia 28 de novembro de 2012, enquanto circulava a pé na rua paralela ao Cemitério da Cruz Alta, em direção a casa, na urbanização de S. Vicente, tendo sido perseguido por cães vadios. Com o medo, tentou fugir e saltou o muro do cemitério, tendo deslocado o fémur e estilhaçado alguns ossos. Foi sujeito a duas cirurgias e esteve internado no hospital de S. Pedro, em Vila Real, até ao dia 4 de janeiro de 2013.

Como a recolha de cães vadios é uma competência do Município, este sinistro foi participado à Companhia de seguros Açoreana, tendo-se facultado os contatos do lesado e todas as informações solicitadas pelo perito designado para acompanhar o processo e realizar a competente peritagem. No entanto, o relatório de peritagem só chegaria às mãos da companhia de seguros, volvido quase um ano do sinistro. Não obstante a insistência deste serviço na resolução deste assunto, no dia 5 de dezembro, a Câmara foi informada da intenção da seguradora da não indemnizar, com base na premissa de que se tratou de um infeliz acidente pessoal do lesado que só a ele será imputável.

O valor apurado em despesas de saúde, de acordo com os documentos que constam do processo, é de 307,55€. No entanto, a requerente apela à solidariedade da Câmara Municipal e solicita uma indemnização entre os 1.200,00€ e os 1.500,00€. que deverá constituir uma ajuda financeira, também para as sucessivas deslocações ao hospital de Vila real no passado e no futuro, uma vez que, infelizmente, o problema do seu filho Diogo vai acompanhá-lo para o resto da sua vida.

O pagamento do montante aprovado, será condicionado à cabimentação e requisição, mediante disponibilidade em orçamento, no cumprimento da Lei dos compromissos, pelo que propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere o pedido da requerente.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, indemnizar a requerente no montante de 750.00€ (setecentos e cinquenta euros). Este montante será condicionado à cabimentação e requisição, mediante disponibilidade em orçamento, no cumprimento da Lei dos Compromissos.

Presidente

Secretário

17-ASSUNTO: ADENDA AO CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO COM O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PENUDE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 41**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 627/41/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 506/DOM, de 12.12.2103, dando conhecimento que através do seu despacho de 12 de dezembro de 2013, autorizou e assinou a Adenda ao Contrato de Comodato celebrado com o Centro Social e Paroquial de Penude, de modo a que aquela IPSS, não viesse a ser prejudicada na candidatura ao CDLS+, no que respeita à rubrica - Obras.

Assim, propõe à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Ratificado, por unanimidade.

18-ASSUNTO: ADJUDICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL, PARA AS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 21**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 628/21/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho, datado de 16 de dezembro de 2013, de adjudicação do concurso público, para a aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as instalações do Município, para o ano de 2014, à entidade “EDP Comercial- Comercialização de Energia, S.A”, pelo montante de 994.334,23 €, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, de acordo com conteúdo do “Relatório Preliminar de Análise de Propostas do Concurso Público” e do “Relatório Final de Análise de Propostas do Concurso Público”, da Associação de Municípios do Vale do Douro- Norte, na qualidade de representante do agrupamento das entidades adjudicantes.

Informa, ainda, a Câmara Municipal, que o motivo da urgência deve-se ao facto da celebração do contrato ter que ser realizada até 31 de dezembro do corrente ano, a qual só poderá ocorrer decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação e respetiva prestação da caução, sob pena de em

Presidente

Secretário

janeiro, terem que ser realizados novos procedimentos de contratação com carácter de urgência, até que se proceda à outorga do contrato.

Mais, informa a Câmara Municipal que o valor da abertura do procedimento foi de 1.281.358,34 € (com IVA), sendo o valor a contratar para 2014, de 1.221.424,60 € (com IVA).

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara, nos termos propostos.

19-ASSUNTO: POSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO TRABALHADOR A DESEMPENHAR FUNÇÕES DE COVEIRO – MANUTENÇÃO DO VENCIMENTO AUFERIDO – OLÍMPIO JOSE DE ALMEIDA RIBEIRO (**COD. 44**)
Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 629/44/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:

“Considerando que:

- 1. “O trabalhador Olímpio José de Almeida Ribeiro, assinou um contrato por tempo indeterminado a 01-10-2012, como Assistente Operacional, para exercer funções de Coveiro, no Município de Lamego.*
- 2. Este trabalhador exerce funções de Coveiro neste Município desde 01 de setembro de 2006, e auferia desde essa altura o montante pecuniário de 532,08€, a que corresponde atualmente a 2ª posição e o 2º nível remuneratório da tabela remuneratória única.*
- 3. Foi oferecido à data da negociação salarial, a 2ª posição remuneratória e o 2º nível remuneratório, tendo como valor de referência o vencimento auferido desde 2006, por este trabalhador, em detrimento do montante imposto por lei, que seria os 485€.*
- 4. Porém dispõe o nº 1 da Lei nº 55-A/2010, 31.12, LOE 2011 que, “1- A partir de 1 de Janeiro de 2011, nos procedimentos concursais não*

Presidente

Secretário

abrangidos pelo n.º 11 do artigo 24.º em que a determinação do posicionamento remuneratório se efetue por negociação nos termos do disposto no artigo 55.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, e sem prejuízo do disposto no n.º 6 do mesmo artigo, a entidade empregadora pública não pode propor:

- a) Uma posição remuneratória superior à auferida relativamente aos trabalhadores detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;
- b) Uma posição remuneratória superior à segunda, no recrutamento de trabalhadores titulares de licenciatura ou de grau académico superior para a carreira geral de técnico superior que:
 - i) *Não se encontrem abrangidos pela alínea anterior; ou*
 - ii) *Se encontrem abrangidos pela alínea anterior auferindo por uma posição remuneratória inferior à segunda da referida carreira;*
- c) *Uma posição remuneratória superior à terceira, no recrutamento de trabalhadores titulares de licenciatura ou de grau académico superior para a carreira especial de inspeção que não se encontrem abrangidos pela alínea a);*
- d) ***Uma posição remuneratória superior à primeira, nos restantes***

casos.”

Assim, e tendo em conta os antecedentes que se prendem com exercício em de funções deste trabalhador, e considerando o mecanismo travão, entretanto introduzido pela Lei nº 55-A/2010, 31.12, LOE 2011, referido no ponto 4, submeto este assunto à apreciação do órgão executivo, dada a posição remuneratória que o trabalhador detém nesta data.

Deliberação: O executivo deliberou, por unanimidade, que o trabalhador é reposicionado na primeira posição remuneratória e no primeiro nível remuneratório, da tabela remuneratória única, a partir de um de janeiro de dois mil e catorze.

Presidente

Secretário

20-ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE LAMEGO (**COD 52-A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 631/52-A/13 da senhora Vereadora da Cultura, Educação e Desporto, relativa ao protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Lamego e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lamego, que visa a promoção e desenvolvimento de iniciativas no âmbito do apoio social, formação em socorrismo e rastreio para a saúde.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos no protocolo.

21-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (**COD 62**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 632/62/13 do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 906/DMSU, de 04 de dezembro de 2013, delibere pela colocação da seguinte sinalização de trânsito, no arruamento em frente à Urbanização Encosta dos Remédios, na cidade de Lamego:

- A2a – lombas, a aproximadamente 150m das bandas cromáticas, no sentido Rotunda Dr. Fernando Amaral – Rua Cónego José Pinto Teixeira;
 - M20 – bandas cromáticas;
 - H7- Passagem para peões, na barra de paragem, sentido Rotunda Dr. Fernando Amaral – Rua Cónego José Pinto Teixeira;
 - Passagem para peões sobrelevada aproximadamente a 20 m da entrada da Urbanização Encosta dos Remédios;
 - H7 Passagem para peões, na barra de paragem, sentido Rua Cónego José Pinto Teixeira – Rotunda Dr. Fernando Amaral;
 - M20 – Bandas Cromáticas
 - A2a – lombas, a aproximadamente 150m das bandas cromáticas, no sentido Rua Cónego José Pinto Teixeira – Rotunda Dr. Fernando Amaral;
- A sinalização referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

22-ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA (**COD. 20**)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE MOTOCICLISTAS DE LAMEGO – MOTO CLUBE TRIBO LUSITANI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 634/20/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal, que a Associação de Motociclistas de Lamego, Moto Clube Tribo Lusitani, fique isenta do pagamento das taxas inerentes à ocupação da via pública, no Largo da Feira, nos dias 14 e 15 de dezembro, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, tendo em conta o cariz social do evento que pretendeu a angariação de bens alimentares e/ou monetários para doar à Associação Portas P'rá Vida.

Deliberação: Aprovada por unanimidade, isentar do pagamento das taxas inerentes à ocupação da via pública.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 50º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

23-ASSUNTO: PROTOCOLO ESTABELECIDO COM A ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE DO NORTE, IP, RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 52-A**)

Presente à reunião o despacho do senhor Presidente da Câmara, para ratificação da Câmara Municipal, relativo à celebração de um protocolo de colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. e a Câmara Municipal de Lamego, para funcionamento da Equipa de Tratamento de Lamego (ET de Lamego), do Centro de Respostas Integrados de Vila Real e constituição da equipa multidisciplinar que assenta a ET de Lamego, no âmbito do programa de intervenção local com vista a redução do consumo de substâncias psicoativas, prevenção dos comportamentos aditivos e diminuição das dependências.

Todavia, dado o carácter excecional e de urgência de que se reveste a entrada em vigor e execução deste programa de saúde de intervenção local, determino a produção dos efeitos do referido protocolo, bem como a respetiva assinatura, na

Presidente

Secretário

data de 18 do corrente mês, ao abrigo da figura jurídica da ratificação prevista no n.º 3, do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo enviado à primeira reunião a realizar pelo órgão executivo, para apreciação e aprovação.

Deliberação: Ratificado, por unanimidade.

24-ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO E A JUNTA DE FREGUESIA DE LAMEGO (ALMACAVE E SÉ) **(COD 52-A)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 635/52-A/13 do senhor Presidente da Câmara, relativa ao protocolo de cooperação técnica a celebrar entre a Câmara Municipal de Lamego e a Junta de Freguesia de Lamego (Almacave e Sé) que visa a Construção do Muro de Suporte – Souto Covo, pelo valor de 22.000,00€ (vinte e dois mil euros) e demolição do muro de vedação/separação interior da escola de Souto Covo, pelo valor de 1.000,00€ (mil euros), limpeza e nivelamento de terras do logradouro da escola de Souto Covo, pelo valor de 500,00€ (quinhentos euros), para o qual o Município de Lamego se compromete a transferir para a Junta de Freguesia de Lamego (Almacave e Sé), a quantia de 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos euros).

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, inscreveram-se para intervir os seguintes munícipes:

- 1-Bernardete Rua Leal, residente em Magueija
- 2-Fausto da Silva Ribeiro, Membro da Assembleia de Freguesia de Magueija, Bigorne e Pretarouca e Presidente da Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo de Magueija;
- 3- Alfredo Reis, residente em Magueija;
- 4-Alfredo Vítor Ribeiro, residente em Magueija;
- 5-Gilberto Ribeiro da Silva, Presidente da União de Freguesias de Magueija, Bigorne e Pretarouca;

Presidente

Secretário

1-Tomou a palavra **Bernardete Rua Leal** para dizer, que é com muita tristeza, que se encontra aqui, mais uma vez, na luta pela sua terra, pela legalidade, pela não discriminação. Disse que em Magueija, desde sempre as escolas, estiveram sob a responsabilidade da Junta de Freguesia, pois as obras de manutenção dos edifícios escolares, corriam por sua conta, e quando alguém necessitava de as ocupar para qualquer atividade cultural ou formação, era à Junta de Freguesia que se dirigiam para a sua cedência. Nunca ninguém criou problemas e sempre se respeitou esta hierarquia. Hoje, depois das últimas eleições autárquicas, não acontece o mesmo.

Tem a certeza que qualquer Presidente de Junta eleito, fazendo uso das competências para as escolas, dar-lhe-ia o destino de utilidade pública, e se solicitadas, por associações locais, ninguém como ele, poderia aquilatar da sua importância para a freguesia de Magueija.

Disse que a associação “ADESC” foi constituída publicamente há um ano meio, veio preencher um vazio, na União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, de atividades culturais e desportivas, que nenhuma outra executava até então. Esta associação veio pôr à disposição da população velha e nova, um leque de atividades culturais e desportivas, que qualquer pessoa pode aferir, constatar, através do seu registo em vários sites de Magueija, na Internet.

Pois ainda agora, preparou uma festa de Natal, que vai ser transmitida em direto online, para todos vizinhos e amigos espalhados por todo o Mundo, teve que se cingir a horários noturnos, num único e saturado espaço que a Junta de Freguesia teve para lhe ceder, o salão da União das Freguesias, espaço esse, também utilizado, entre outros, pela Junta, pela banda Filarmónica, pelo Grupo de ginástica de manutenção, pelos Mordomos da Festa de Santiago e pela Assembleia de Freguesia.

Neste sentido, pediu ao senhor Presidente da Câmara, pessoa de bem, sensível aos problemas das populações, com sentido de justiça e imparcialidade, mas que, provavelmente ainda não está bem elucidado sobre o momento atual da freguesia, e o trabalho da Associação ADESC em Magueija, que sem recursos financeiros e graças à carolice daqueles que têm Magueija como sua

Presidente

Secretário

terra mãe, se têm dedicado de alma e coração pelo seu desenvolvimento cultural.

Afirmou que a população saberá julgar todos aqueles que tentem fazer discriminações a favor de uns e contra os outros. Isto é um apelo à desunião e à revolta, atitudes que estas gentes querem evitar. O senhor Presidente da Câmara saberá lidar com todo este processo de uma forma democrática e de respeito pelos direitos de todos.

2-Tomou a palavra o senhor **Fausto da Silva Ribeiro**, para prestar alguns esclarecimentos para que fosse tidos em linha de conta na hora da decisão que, no dia 14.03.2012, foi concebida a Associação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo de Magueija, da qual é Presidente da Assembleia Geral e no mês de Novembro de 2012, foi solicitado à então Presidente da Junta de Freguesia de Magueija, D. Liliana Monteiro, instalações para a atividade da referida associação, não tendo sido obtida qualquer resposta. Passado algum tempo marcaram uma audiência com o senhor Presidente da Câmara, onde ouviu as queixas e onde afirmou que as escolas pertenciam à Câmara Municipal, mas não tomaria nenhuma decisão sem contactar a senhora Presidente da Junta, ficando de dar uma resposta, resposta essa que continuam a aguardar, já lá vai mais de mês. Voltou a afirmar que não compreende a mudança súbita de querer entregar as instalações a outras entidades, dizendo que se as referidas instalações não forem entregues à atual Junta, leva-o a pensar que se trata de uma medida de retaliação pelo facto da nova Junta de Magueija, Bigorne e Pretarouca ter sido ganha pelo Partido Socialista. Por tudo o que disse solicitou à Câmara Municipal que resolva o mais rápido possível esta situação, e que este assunto seja resolvido a contento da Associação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo de Magueija.

Por fim disse que a Associação criada pela D. Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, não tem nada, não tem sócios, nem tem plano de atividades, não percebe como lhe é atribuído subsídio.

3- O senhor **Alfredo Reis** informou que as instalações onde funciona um polo da APITIL, escola do Cabeço, foram cedidas pela anterior Presidente de Junta, à

Presidente

Secretário

APITIL mas não sabe quem foi que pagou a montagem da cozinha, se foi a D. Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro ou se foi a APITIL.

4 – O senhor **Alfredo Vítor Ribeiro** afirmou que a senhora D. Maria Liliana Santos Monteiro, não é uma pessoa democrática, não soube respeitar os resultados das últimas eleições autárquicas, todas as instalações deveriam ter passado para o atual Presidente de Junta todas as instalações, só depois, em reunião, entre o atual Presidente da Juntas e todos os representantes das associações sedeadas em Magueija, proceder-se-ia à sua distribuição.

De seguida perguntou ao senhor Presidente da Câmara, para quando prevê o arranjo do caminho de Vila Lobos, em Magueija, é um problema que se arrasta há muito tempo, pediu ao senhor Presidente da Câmara que, em colaboração com o Presidente da Junta de Freguesia, no sentido de procederem ao arranjo daquele caminho.

5- De seguida tomou a palavra o senhor **Gilberto Ribeiro da Silva**, para agradecer ao senhor Presidente da Câmara, por ter recebido o povo de Magueija e ter conduzido esta reunião de forma ordeira, desejando ao senhor Presidente da Câmara e restante Vereação um Santo e Feliz Natal, bem como um Prospero ano de 2014.

Tomou a palavra o senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira**, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que este processo já devia ter sido resolvido, já devia ter havido uma reunião entre o senhor Presidente da Câmara, Presidente da Junta de Freguesia e as restantes pessoas envolvidas neste processo. Pois o senhor Presidente dispõe dos instrumentos e meios para resolver este assunto. Quanto mais tempo este processo se arrastar, mais clivagens existirão entre todos intervenientes. Por isso, apela para que o senhor Presidente da Câmara dentro da sua sensatez, seja sensível a esta matéria e possa marcar uma reunião entre todos intervenientes, resolvendo assim esta situação.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por se regozijar, mais uma vez, pela presença de todos na reunião pública de Câmara Municipal, mas continua a entender que é um mau começo para a nova Junta de Magueija,

Presidente

Secretário

porque mostra uma freguesia dividida, dividida entre a anterior gestão e a nova, entre um conjunto de instituições que também fazem parte da freguesia e que estão no terreno e outras que se querem afirmar.

Voltou afirmar que, quando se reuniu com o senhor Gilberto Ribeiro da Silva pediu para procurarem entendimento e os entendimentos não se concretizaram, por isso a decisão que traz agora à Câmara Municipal é a de dar prevalência a quem estava na altura na Junta de Freguesia e às instituições que estavam na altura já no uso das instalações, nomeadamente o rancho. Afirmou que, se o rancho não apresenta contas é um assunto interno do rancho que diz respeito à direção e aos seus associados. Para a Câmara interessa que existe e que possui um plano de atividades que é entregue anualmente e que tem presença anual nas Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios.

Afirmou que a Câmara não interfere na gestão das associações, apoia atividades efetivas, apoia as atividades que são do interesse do Município, e as atividades de todas as associações que apresentam um plano de atividades de interesse municipal e fazem-no com base em critérios justos e equitativos. Obviamente que não são apoiadas situações que têm natureza política e que nascem para se opor a outras instituições já existentes. O rancho de Magueija existe formalmente, tem um plano de atividades entregue na Câmara, é um parceiro importante anualmente para as Festas dos Remédios, mas isso não exclui as parcerias de atividades que outras associações, como esta, venham a apresentar. Mas existe um compromisso com essas instituições.

Afirmou ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Magueija, que não é preciso trazer, uma parte do povo de Magueija para resolver esta situação. Não negocia sobre pressão, vinda ela, de onde vier.

No entanto, não deixa de ficar admirado, por as pessoas presentes, não se preocuparem, também com a situação em que se encontra a Quinta de Magueija, legado deixado pelo senhor Dr. João Almeida, processo que está em tribunal, de uma ação que incorre contra uma pessoa que faz parte da junta e que apresenta como testemunhas pessoas ligadas a esta associação e que prejudica os interesses legítimos da câmara, situação que se arrasta há muito

Presidente

Secretário

tempo e que quer ver resolvida e que não pode ser indissociada da problemática da utilização das escolas e de outros equipamentos que o município possua em Magueija.

Esta reunião demonstrou, mais uma vez, que a freguesia de Magueija está dividida, por isso apelou ao senhor Presidente da Junta de Freguesia que estabeleça consensos, pontes, entre todos os intervenientes, que representam as diversas associações existentes naquela freguesia. Pois no seu entender esses consensos e pontes não existem, por isso ele é que vai decidir qual é a melhor altura de fazer essa reunião, com vista à resolução definitiva do assunto.

25-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

26-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e dez minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

O Presidente,

O Secretário